

apartes

NÚMERO 15 - JUNHO-JULHO/2015

A contorcionista
Daniele Romero e
o palhaço Flávio
Pacheco ensaiam
no Circo Moscou

Escola de artistas

Programa Circo Popular
resgata arte milenar
para levar cultura e
diversão a jovens
paulistanos

Distribuição gratuita



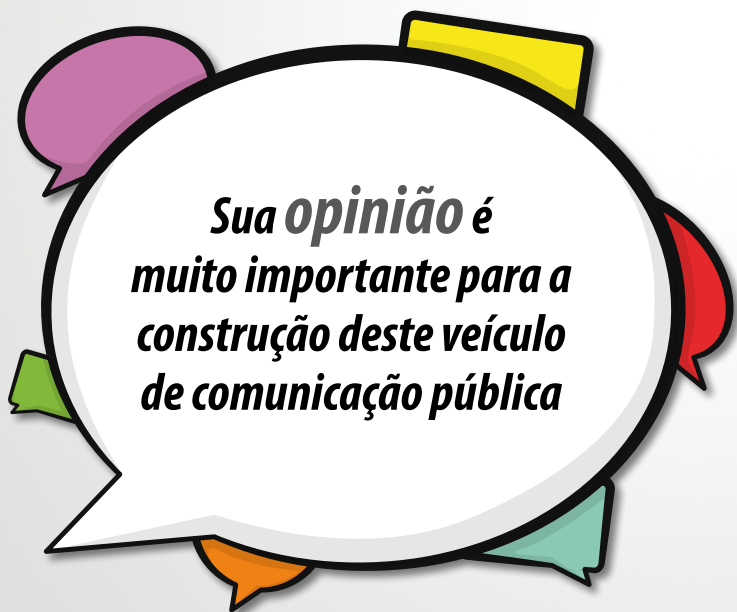
Theatro Municipal

CMSP tornou possível construção
do palco mais famoso de SP

Direito garantido

Mães agora podem amamentar em
locais públicos sem serem constrangidas





Entre em contato:
apartes@camara.sp.gov.br



Siga:
@RevistaApartes



Curta:
/RevistaApartes



Visite:
www.camara.sp.gov.br

apartes



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Mesa Diretora

Presidente: Antonio Donato (PT)
1º Vice-Presidente: Edir Sales (PSD)
2º Vice-Presidente: Toninho Paiva (PR)
1º Secretário: Aurélio Nomura (PSDB)
2º Secretário: Paulo Frange (PTB)
1º Suplente: Noemi Nonato (PROS)
2º Suplente: Eduardo Tuma (PSDB)
Corregedor: Dalton Silvano (PV)

Vereadores da 16ª Legislatura (2013-2016)

Abou Anni (PV), Adilson Amadeu (PTB), Adolfo Quintas (PSDB), Alessandro Guedes (PT) - suplente em exercício, Alfredinho (PT), Andrea Matarazzo (PSDB), Anibal de Freitas (PSDB), Antonio Carlos Rodrigues (PR) - licenciado, Antonio Donato (PT), Ari Friedenbach (PROS), Arselino Tatto (PT), Atílio Francisco (PRB), Aurélio Miguel (PR), Aurélio Nomura (PSDB), Calvo (PMDB), Celso Jatene (PTB) - licenciado, Claudinho de Souza (PSDB), Conte Lopes (PTB), Dalton Silvano (PV), David Soares (PSD), Edir Sales (PSD), Eduardo Tuma (PSDB), Eliseu Gabriel (PSB), George Hato (PMDB), Gilson Barreto (PSDB), Jair Tatto (PT), Jean Madeira (PRB) - licenciado, Jonas Camisa Nova (DEM), José Police Neto (PSD), Juliana Cardoso (PT), Laércio Benko (PHS), Mario Covas Neto (PSDB), Marquito (PTB) - suplente em exercício, Milton Leite (Democratas), Nabil Bonduki (PT) - licenciado, Natalini (PV), Nelo Rodolfo (PMDB), Netinho de Paula (PDT), Noemi Nonato (PROS), Ota (PROS), Patrícia Bezerra (PSDB), Paulo Fiorilo (PT), Paulo Frange (PTB), Pr. Edemilson Chaves (PP), Quito Formiga (PR), Reis (PT), Ricardo Nunes (PMDB), Ricardo Teixeira (PV), Ricardo Young (PPS), Salomão Pereira (PSDB), Sandra Tadeu (Democratas), Senival Moura (PT), Souza Santos (PSD), Toninho Paiva (PR), Toninho Vespoli (PSOL), Ushitara Kamia (PSD) - suplente em exercício, Valdecir Cabrabom (PTB) - suplente em exercício, Vavá (PT), Wadih Mutran (PP).

Expediente

Editores executivos: José Carlos T. de Camargo Filho e Maria Isabel L. Correa
Elaboração: CCI.3 - Equipe de Comunicação da CMSP
Editor: Sândor Vasconcelos
Editora assistente: Gisele Machado
Repórteres: Fausto Salvadori Filho e Rodrigo Garcia
Editoração e arte: Elton Jhones Pereira, Leonardo Pedrazzoli e Rogério Alves
Apoio jornalístico: Assessoria de Imprensa da Presidência
Diretoria de Comunicação Externa
Fotografia: Ângelo Dantas, Fábio Lazzari, Gute Garbelotto, Mozart Gomes, Reinaldo Stávale, Ricardo Rocha e Marcelo Ximenez
Apoio e expedição: Leandro Uliam
Mídias sociais: Livia Tamashiro
Estagiários: Alyne Scarpioni, Carlos Mendonça, Fernando Maluf Ferrari, Késsia Riany e Matheus Briet
Unidades de apoio: Procuradoria, Secretaria Geral Parlamentar - SGP
Secretaria de Documentação - SGP.3
Secretaria de Recursos Humanos - SGA.1
Secretaria de Infraestrutura - SGA.3
Equipe de Garagem e Frota - SGA.33
CTP, impressão e acabamento: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo
Capa: Gute Garbelotto/CMSP (foto principal) e Fabio Guinalz (foto menor)

Revista Apartes – Palácio Anchieta

Viaduto Jacaré, 100 - Anexo, 2º andar, sala 212A - Bela Vista
São Paulo - SP - CEP 01319-900
Tel.: (11) 3396-4206 - E-mail: apartes@camara.sp.gov.br
Versão digital disponível em: www.camara.sp.gov.br

Tiragem: 10.000 exemplares
Fechamento desta edição: 11/8/2015

Solicite o recebimento da revista **Apartes** em sua casa, gratuitamente, preenchendo cadastro no portal **www.camara.sp.gov.br**.

PALAVRA DO PRESIDENTE

Vereador Antonio Donato
Presidente da CMSP



Muitas vezes, para se atingir um objetivo o caminho a percorrer nem sempre é o mais óbvio e tradicional. Nesta edição, a revista **Apartes** traz na capa a reportagem *Os maiores espetáculos da Terra*, sobre proposta nascida e aprovada na Câmara Municipal de São Paulo (CMSP), que recentemente tornou-se lei e cria na capital o Programa Circo Popular. O objetivo é levar, a jovens paulistanos, cultura, novas perspectivas, entretenimento, benefícios físicos e intelectuais.

Para cumprir uma de suas missões, proporcionar educação e lazer aos cidadãos, a CMSP buscou uma forma alternativa, incentivando essa arte milenar, de extrema importância e riqueza cultural, que ao longo do tempo ficou esquecida, mas que agora, novamente, começa a despertar o interesse de muita gente.

Outra das missões dos vereadores desta Casa é fiscalizar. Nesse aspecto, um dos grandes trabalhos desenvolvidos nos últimos meses foi o da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Sabesp, que buscou elucidar o problema da falta d'água enfrentado pela cidade. Após nove meses de diligências e audiências, os vereadores elaboraram 55 propostas para tentar amenizar a crise. Confira na matéria *Águas turbulentas*.

Também nesta edição, a **Apartes** traz a reportagem *No teu seio, mais amores*, que ilustra bem a importância de os vereadores estarem atentos às grandes questões discutidas na cidade de São Paulo, para ajudarem a garantir os direitos de quem vive aqui. Em 2013, uma mãe foi proibida de amamentar sua filha em um espaço público, sem que houvesse uma justificativa para tal negação. Parlamentares, movidos pelo clamor popular, mobilizaram-se e criaram uma lei para que nenhuma mãe tenha de passar novamente por esse constrangimento. Na matéria, aproveitamos para orientar quem deseja colaborar com os bancos de leite municipais, hoje presentes em muitas maternidades municipais graças a outra lei da Câmara.

Em outras duas reportagens, a revista trata sobre urbanismo. Na primeira, conta um pouco da história do grande arquiteto e engenheiro Francisco Ramos de Azevedo, um dos maiores nomes (senão o maior) da área no Brasil e, especialmente, na cidade de São Paulo. Com sua genialidade e apoiado por uma equipe competente, Ramos ergueu alguns dos principais ícones paulistanos: Theatro Municipal, Palácio da Justiça e Mercado Municipal, entre muitos outros. Na segunda reportagem, apresentamos aos leitores os detalhes sobre a Lei de Zoneamento, principal discussão do segundo semestre na Casa, e explicamos o passo a passo para que cada morador possa contribuir com sua elaboração e, por consequência, ajudar a construir a cidade que todos queremos.



Solicite o recebimento da revista **Apartes** em sua casa, gratuitamente, preenchendo cadastro no portal www.camara.sp.gov.br



8



10



16



26



32



38

SUMÁRIO

3 **Palavra do Presidente**

6 **Notas**

8 **Avesp**
Experiência à disposição

10 **História**
O grande palco da capital

16 **Cultura**
Os maiores espetáculos da Terra

26 **Saúde**
No teu seio, mais amores

32 **CPI**
Águas turbulentas

38 **Zoneamento**
Construção em parceria



Taxistas e motoristas de vans fazem manifestações em frente à CMSP

Centenas de taxistas pararam seus carros em três faixas do Viaduto Jacaré, em frente à sede da Câmara Municipal de São Paulo (CMSP), e entraram no Palácio Anchieta para apoiar o Projeto de Lei 349/2014, apresentado pelo vereador Adilson Amadeu (PTB), proibindo o uso de

carros particulares cadastrados em aplicativos para o transporte pago de pessoas. O mais conhecido desses aplicativos é o Uber.

Eles acompanharam a Sessão Plenária do dia 30 de junho e saíram comemorando: o projeto foi aprovado em primeira votação.

No dia seguinte, dezenas de motoristas de vans escolares também realizaram um protesto em frente à Câmara contra a Resolução 533, que os obriga a usar cadeirinhas para crianças de até sete anos e meio. Após realizarem uma carreata pelas ruas das zonas oeste e central, estacionaram seus carros em frente ao Palácio Anchieta e discursaram criticando a decisão do Conselho Nacional de Trânsito (Contran).

Educação e cultura são premiadas pela Câmara

A Oficina Kinoforum de Realização Audiovisual, que produz filmes sobre a cultura da periferia de São Paulo, e o Instituto Escola do Povo, que procura erradicar o analfabetismo em Paraisópolis (zona sul da cidade), foram os vencedores da edição de 2015 do Prêmio Milton Santos. A sessão solene de entrega das Salvas de Prata foi realizada em 24 de junho.

O prêmio homenageia pessoas e entidades que contribuem para o desenvolvimento social da cidade. A solenidade foi presidida pelo vereador Toninho Vespoli (PSOL). “É importante lembrar a figura de Milton Santos, que discutiu globalização além do aspecto econômico, mas também nos âmbitos social e humano, em que as pessoas pudessem partilhar questões culturais”, disse Vespoli.

Reencontro com Dulce

Em 1962, o então auxiliar de engenheiro João de Oliveira Leme, de 20 anos, resolveu alfabetizar os funcionários da construção onde trabalhava. Soube que Dulce Salles, à época vereadora em São Paulo, doava material didático. “Fui à Câmara, fiz uma boa amizade com Dulce, e sempre ia buscar os livros com ela”. João mudou-se de São Paulo e nunca mais teve notícia da amiga. Até receber a **Apartes** com o perfil da ex-parlamentar. “Morri de saudade. A revista me trouxe uma notícia maravilhosa sobre uma pessoa não menos maravilhosa”, conta João, em e-mail enviado à redação da revista.

Para ler o perfil de Dulce Salles, acesse a reportagem *Nas trilhas da arte e da política*, da edição 13, disponível no link <http://goo.gl/so5uvW>.

Ações sociais recebem o Prêmio Chico Xavier

Associações e personalidades foram homenageadas com o Prêmio Chico Xavier de Reconhecimento Humanitário 2015. As indicações são feitas por vereadores e analisadas por uma comissão julgadora, composta por membros de cinco Comissões da Câmara Municipal. Os critérios são: presença de soluções inovadoras e criativas, estímulo à elevação do espírito humano, efeito multiplicador e resultados alcançados na melhoria de vida.

“É uma honra para nós esta lembrança; Chico foi um homem que se mostrou ao mundo através do seu exemplo de solidariedade e amor ao próximo”, disse Julieta Souza, presidenta da Federação Espírita do Estado de São Paulo,

Os premiados:

- Associação Cultural Nossa Senhora das Graças
- Associação Democrata dos Sem Terra
- Associação Educacional e Assistencial Casa do Zezinho
- Associação dos Moradores do Parque Vitória
- Associação Mutirão do Pobre
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Paulo – Apae
- Associação Popular de Saúde
- Associação Santa Zita
- Caminhando Núcleo de Educação e Ação Social
- Eduardo Blanco Cardoso
- Federação Espírita do Estado de São Paulo – Feesp
- Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer
- Instituição Beneficente Nosso Lar – IBNL
- Instituto Mara Gabrielli
- Lumen – Associação de Assistência ao Deficiente Neuro-Motor e/ou Mental
- Maria Izabel Mazzucati
- Rede Social do Centro
- Templo de Umbanda Casa da Fé

uma das premiadas. Neste ano ocorreu a segunda edição do prêmio, em uma sessão solene realizada em 30 de junho na CMSP.

Sobrevivente de Hiroshima torna-se cidadão paulistano



Takashi Morita é sobrevivente do ataque atômico em Hiroshima, no Japão, em 1945. Atualmente, ele preside a Associação Hibakusha Brasil pela Paz e recebeu o Título de Cidadão Paulistano, concedido pela CMSP, em junho.

Morita, de 91 anos, destaca-se graças a seu trabalho com outras vítimas do ataque que moram em São Paulo. “Estou muito contente, me considero um paulista de coração”, disse ao receber a homenagem.

Durante a Sessão Solene, em 26 de junho, a filha de Morita, Yasuko Saito, afirmou que seu pai “sempre diz que precisa contar sua história aos jovens, para que a humanidade não repita os mesmos erros”. O evento contou com a presença do secretário municipal de Direitos Humanos, Eduardo Suplicy, e do cônsul-geral do Japão, Takahiro Nakamae.



Luiz França/CMSP

Experiência à disposição

Ex-vereadores de São Paulo reúnem-se em associação para colaborar com a cidade

Rodrigo Garcia | rodrigogarcia@camara.sp.gov.br

Nas cerimônias oficiais da Câmara Municipal de São Paulo (CMSP), quando um ex-vereador está presente, é apresentado como “o sempre vereador”. Mesmo que seja um título apenas simbólico, os ex-parlamentares paulistanos ainda se sentem responsáveis pela cidade. “Nas ruas, as pessoas nunca me chamam de ex-vereador, mas de vereador. E fazem cobranças”, afirma Archibaldo Zancra, parlamentar no Município de 1993 a 2000.

Para concentrar forças, em 9 de setembro de 2009 ex-parlamentares criaram a Associação dos Ex-Vereadores da Cidade de São Paulo (Avesp). Conforme diz o slogan do grupo, “é a reinserção política do ex-vereador

na vida da cidade”. Segundo um dos fundadores e atual presidente, Almir Guimarães, vereador de 1977 a 1996, o principal objetivo da Avesp é servir como canal de diálogo entre a população e o Poder Legislativo. “Estamos sem mandato, mas somos cobrados”, conta Guimarães na sede da Associação, uma sala no térreo do Palácio Anchieta. “Temos a cidade de São Paulo mapeada em nossas mentes, você não imagina o quanto a gente já andou por ela”, completa.

Entretanto, Archibaldo Zancra, vice-presidente da Avesp, ressalta que os membros da associação

CONTRIBUIÇÃO
Em encontro com Donato, ex-vereadores se oferecem para debater a cidade



Fábio Lazary/CMSP

RESPONSABILIDADE
“Ainda somos cobrados pela população”, diz Guimarães, presidente da Avesp

não passam por cima dos 55 parlamentares paulistanos. “Quando vemos alguma coisa que pode ser melhorada na cidade, encaminhamos a ideia para algum vereador”, explica. “Além do Parlamento, temos muita experiência profissional, que pode ser útil”, diz Zancra, que completa: “A Câmara é uma universidade, aprendemos muito aqui”.

Atualmente com cerca de 60 membros, a Avesp possui 28 vice-presidências institucionais, responsáveis por discutir diferentes temas ligados à cidade, como saúde, transporte e educação. “Cada ex-vereador fica responsável por um tema no qual tem mais experiência”, detalha Guimarães. O integrante mais velho é o secretário, Reinaldo do Canto Pereira, de 85 anos e vereador de 1960 a 1969. O presidente diz que o número de filiados muda bastante, pois quando um associado assume um cargo público afasta-se da Associação. Em maio, essa situação ocorreu com o vereador suplente Ushitaro Kamia (PSD), que era membro da Avesp e assumiu mandato na CMSP.

CABELOS BRANCOS

Um dos grandes orgulhos do presidente Almir Guimarães é que no grupo não há políticos condenados pela Justiça. “Somos todos ficha-limpa”, diz ele, que também demonstra muita satisfação ao explicar que a Associação é suprapartidária. O vice-presidente, Archibaldo Zancra, concorda: “Nossos partidos são diferentes, mas nosso objetivo é o mesmo: ajudar a cidade”.

Em abril, representantes da Avesp se encontraram com o presidente da CMSP, Antonio Donato (PT), e se puseram à disposição dos atuais vereadores para colaborar. “Oferecemos a expe-



Angelo Dantas/CMSP

APRENDIZADO
Para Zancra, vice-presidente da Avesp, “a Câmara é uma universidade”

riência acumulada por homens de cabelos brancos”, brinca Guimarães, que ressalta: “É uma espécie de consultoria, sem nenhum ônus para o Legislativo Municipal”.

De acordo com Donato, a experiência legislativa e administrativa acumulada pelos ex-vereadores não pode ser desperdiçada. “Ela precisa ser preservada e este é um papel relevante cumprido pela Avesp”, enaltece o presidente da CMSP. “O conhecimento que adquiriram no exercício dos mandatos pode nos auxiliar no sentido de apontar o melhor caminho para o desenvolvimento equilibrado de São Paulo. É um olhar de fora de quem tem muita contribuição a dar”, finaliza. 

SERVIÇO

Associação dos Ex-Vereadores da Cidade de São Paulo (Avesp)

Viaduto Jacaré, 100 - Bela Vista
(Térreo do Palácio Anchieta)

Fone: 3396-5063

avesp@associacaoexvereadores.com.br

O grande palco da capital

Projetado e construído pelo escritório Ramos de Azevedo, o Theatro Municipal inseriu São Paulo na rota cultural do País

Gisele Machado | gisele@camara.sp.gov.br
Colaborou **Leandro Uliam**

No fim do século 19, a acanhada capital paulista não era nem sombra da metrópole em que se transformou. “Durante a transição do Império para o regime republicano, São Paulo era provinciana, caipira, uma cidade baixa, de taipa, muito aquém das cidades portuárias e que, de repente, enriquece e passa a exercer protagonismo”, conta a historiadora e artista plástica Beatriz Piccolotto Bueno, que leciona História da Urbanização na Universidade de São Paulo (USP).

Em quatro décadas, até 1930, brotaram no Centro edifícios que até hoje simbolizam a cidade, como o Theatro Municipal, Palácio da Justiça, Mercado e Pinacoteca do Estado. Esses marcos paulistanos têm em comum o fato de levarem a assinatura do lendário Escritório Ramos de Azevedo, aberto em 1886 pelo engenheiro e arquiteto Francisco de Paula Ramos de Azevedo.

À exceção da Catedral da Sé, o escritório foi responsável por todos os grandes projetos institucionais de São Paulo

até 1928, ano da morte de seu fundador. Um dos grandes destaques é o Theatro Municipal, cuja construção foi autorizada pela Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) por meio da Lei 643, de 25 de abril de 1903. “Fica o prefeito autorizado a construir, no terreno cedido pelo governo do Estado, o Theatro Municipal, e aprovadas as plantas e orçamento apresentados pelos engenheiros Francisco de Paula Ra-

mos de Azevedo, Domiziano Rossi e Claudio Rossi”, diz o texto. A cessão do terreno também foi viabilizada graças a uma iniciativa do Legislativo municipal, que propôs lei para promover uma permuta do espaço com o governo do Estado.

A demanda por atrações teatrais e musicais já era forte na capi-

tal. Mas as grandes companhias e atrizes internacionais, como Eleonora Duse e Sarah Bernhardt, não tinham um palco à altura. Muitas vezes, os grupos artísticos partiam direto para Buenos Aires após a temporada no Rio de Janeiro, sem passar por São Paulo. Para resolver esse problema, a CMSP apro-

vou, de 1895 a 1903, cinco importantes leis de incentivo ao setor.

Uma dessas leis, a 336 de 1898, previa isenção de impostos, pelo período de 50 anos, a teatros construídos mediante concorrência pública. A intenção era suprir a falta do Teatro São José, que ficava no Centro e pegou fogo



ÍCONE • Theatro Municipal, encomendado para se tornar um marco de modernidade

HISTÓRIA

naquele ano. Um acordo entre empreendedores chegou a ser firmado, mas caducou e ninguém aproveitou o benefício.

Em 1903, com a aprovação da Câmara, o escritório estava automaticamente designado para erguer o tão sonhado Theatro Municipal. A obra, planejada para ser um ícone de modernidade, abrangeria não só o teatro, mas também a escadaria lateral e a fonte, que fariam a transição entre a obra e o Parque do Anhangabaú. Os croquis mostram todos os detalhes internos, indicando até mesmo as banquetas de veludo e os espelhos nos banheiros femininos. As ferragens e o mobiliário foram depois executados pelo Liceu de Artes e Ofícios, do qual Azevedo foi professor e diretor. “Cada profissional, de diferentes áreas, que olhasse o mesmo desenho já teria todas as informações necessárias”, observa o engenheiro Paulo Villares, bisneto de Ramos de Azevedo.

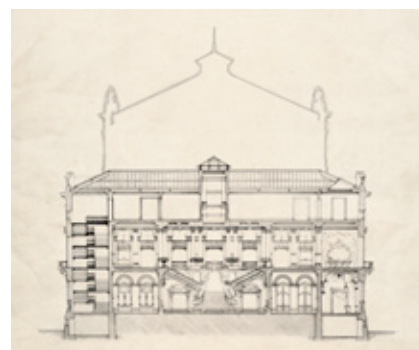


DETALHES • Projeto previa até o veludo usado no teatro, planejado para receber grandes artistas

Iniciada em junho de 1903, a construção do Theatro durou oito anos e consumiu 4,5 milhões de tijolos e 750 toneladas de ferro. Enquanto duraram os trabalhos, Ramos de Azevedo despachou diariamente em um gabinete montado no canteiro de obras, para acompanhar tudo de perto.

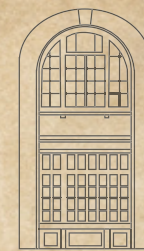
Dedicar-se pessoalmente a um projeto era algo raro para o arquiteto, que, além da atuação em sua empresa e no Liceu, também traba-

ESBOÇO • Croquis do Escritório Ramos de Azevedo para o Municipal



GRIFE

Ramos de Azevedo, ao centro, com a equipe do escritório que idealizou o Theatro Municipal



ROTEIRO PELAS OBRAS DE RAMOS DE AZEVEDO

CONSOLAÇÃO

- 1 **Portal do Cemitério da Consolação**
Rua da Consolação, 1660
2ª a 6ª • 7h - 18h
Visita guiada: 3ª e 6ª • 9h - 11h / 14h - 15h30
Agendamento: assessoriaimprensa@prefeitura.sp.gov.br

PRAÇA DA REPÚBLICA

- 2 **Secretaria Estadual da Educação**
Praça da República, 53
Visita externa

VALE DO ANHANGABAÚ

- 3 **Theatro Municipal**
Praça Ramos, s/nº
Visita apenas com monitores
3ª a sáb • 10h - 17h
(recomendável chegar até 16h)
<http://migre.me/qeWGV>

- 4 **Sede dos Correios e Telégrafos Centro Cultural**
Avenida São João, s/nº
3ª a dom • 11h - 17h

SÉ

- 5 **Palácio da Justiça**
Praça da Sé, s/nº
2ª a 6ª • 12h30 - 19h
Visita guiada: <http://migre.me/qeW4E>

PÁTIO DO COLÉGIO

- 6 **Atual Secretaria da Justiça do Estado**
Pátio do Colégio, 148/184
Visita externa

PARQUE DOM PEDRO II

- 7 **Palácio das Indústrias Museu Catavento**
Avenida Mercúrio, s/nº
3ª a dom • 9h - 17h (entrada até 16h)

- 8 **Mercado Municipal**
Rua Cantareira, 306
2ª a sáb • 6h - 18h

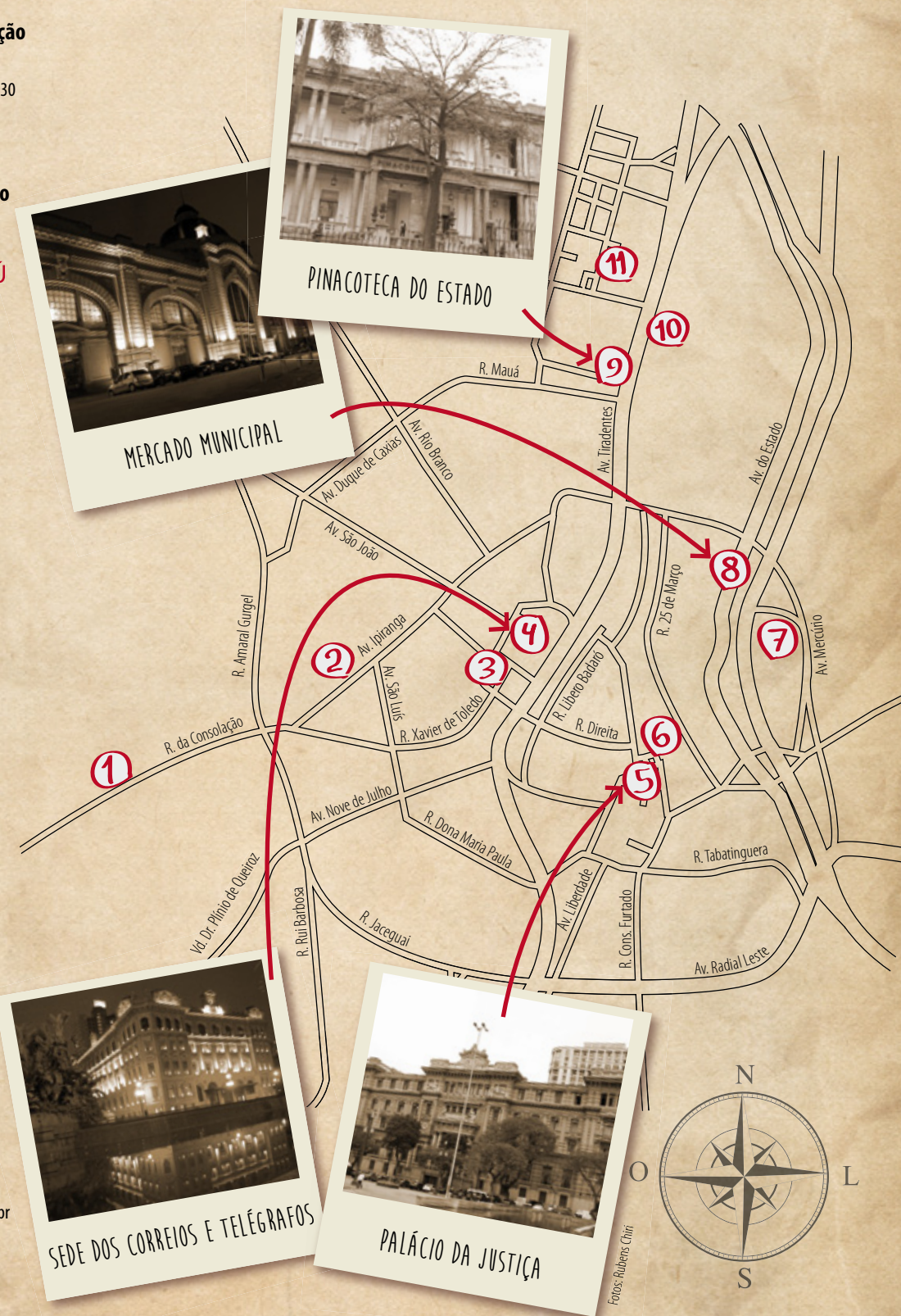
LUZ

- 9 **Pinacoteca do Estado**
Praça da Luz, 2
3ª a dom • 10h - 18h
(bilheteria até 17h30)
Visita guiada: (11) 3324-0943

- 10 **Quartel da Rota**
Avenida Tiradentes, 440
Visitas estão suspensas
Informações: (11) 3327-7062
relacoespublicaspm@policiamilitar.sp.gov.br

- 11 **Edifício Ramos de Azevedo**
Arquivo Histórico da Cidade
Praça Coronel Fernando Prestes, 152
2ª a sáb • 9h - 17h (entrada até 16h30)

*Esses são alguns dos prédios públicos idealizados pelo Escritório Ramos de Azevedo





COMPLETO • Desenhos tinham informações para todos os profissionais envolvidos na construção, diz o bisneto Paulo Villares

lhou de 1900 a 1921 na Escola Politécnica de São Paulo, onde foi um dedicado professor e diretor. Ainda assim, a engrenagem montada permitiu que o escritório entregasse 4 mil obras completas (do projeto à execução) até 1980, quando encerrou suas atividades. Vários trabalhos eram executados simultaneamente e os prazos eram respeitados. O prédio dos Correios e Telégrafos, no Vale do Anhangabaú, por exemplo, levou apenas dois anos para ser finalizado, do projeto à construção. “Ramos não se tornou uma grande grife por acaso”, diz Beatriz Bueno.

“As obras de Ramos no Centro começaram a ser feitas nos últimos anos do Império e deram a cara de São Paulo nas três primeiras décadas do século seguinte”, diz o guia de turismo Laercio Cardoso de Carvalho (veja na página 13 roteiro pelos edifícios assinados por Ramos de Azevedo, no Centro). Para Beatriz, “os projetos possuem estilo eclético; conectados às tendências mundiais de arquitetura da época, têm muita qua-

lidade e são pensados tridimensionalmente, para serem vistos de longe, criando grandes perspectivas”. Além dos prédios públicos, foram vários trabalhos privados: dos 50 palacetes erguidos no período áureo da Avenida Paulista, 11 foram assinados pelo grupo de Azevedo, entre eles a sobrevivente Casa das Rosas.

DA TAIPA À METRÓPOLE

Nascido na capital paulista em 8 de dezembro de 1851, Ramos de Azevedo mudou-se para a Bélgica para estudar engenharia e arquitetura na Universidade de Gante. Voltou ao Brasil em 1878 e trabalhou em Campinas (SP) por alguns anos. Casou-se em 1880 com Eugênia Lacaze, com quem teve Francisco, Lúcia e Laura (avó de Paulo Villares). Seis anos depois, criou em São Paulo o primeiro entre os modernos e o mais duradouro escritório de arquitetura que a capital já teve.

A historiadora Beatriz Bueno, também curadora de uma exposição sobre o escritório, conta que Azevedo foi mais um grande empreendedor do que um notável desenhista: “O melhor dele era o gerenciamento, a visão”. Para garantir a qualidade e a agilidade, o empresário contratou grandes talentos da arquitetura e engenharia. Os funcionários, que chegaram a 500 em 1890, trabalhavam em pequenas equipes, organizadas de acordo com a especialidade e em plena sincronia. “Ramos de Azevedo imprime um padrão taylorista, uma cadeia produtiva impecável, com chefe de seção, de turma, do cálculo, de obras, hierarquias muito claras e as chefias respondendo pela qualidade do trabalho entregue”, explica Beatriz. “Ao final da tarde, os trabalhadores da obra e o pessoal de desenho conversavam



Ricardo Moreno/CMSP

LEGADO
Fachada e vista interna do Arquivo Histórico Municipal, projetado pelo Escritório Ramos de Azevedo



Ricardo Moreno/CMSP

sobre o resultado do dia e planejavam a jornada seguinte, numa escala industrial”, completa a professora.

Para segurar a clientela, além de qualidade, às vezes era oferecido

RIQUEZA

Para a professora Beatriz Bueno, obras acompanharam o enriquecimento da cidade



Mozart Gomes/CMSP

também o financiamento das obras, com ressarcimento posterior. Prova disso é o parecer favorável da Comissão de Obras da Câmara Municipal, em 17 de junho 1893, ao “pagamento da terceira e última prestação devida ao engenheiro Ramos de Azevedo pelo contrato celebrado com a intendência para reforço do prédio nº 19, à Rua 15 de Novembro”.

Carismático, sociável e comunicativo, o arquiteto “era muito respeitado pela burocracia”, segundo Beatriz. Mais do que respeito, Azevedo desenvolveu interesse pela carreira política. Numa sessão especial, em 22 de junho de 1904, a CMSP anunciou sua eleição como “senador do Congresso estadual”, com 28.265 votos. Exerceu a função por um ano e meio. Em 1917, filiou-se à Liga Nacional de São Paulo,

formada por membros da elite paulistana que lutavam pelo voto secreto obrigatório, entre outros aperfeiçoamentos do sistema político. “Ele estabeleceu redes de sociabilidade muito importantes mas, na verdade, sua credibilidade tinha menos a ver com as relações que ele possuía do que com a seriedade que ele imprimia ao escritório”, explica a especialista da USP.

Francisco Ramos de Azevedo morreu em 12 de junho de 1928, no refinado Grand Hôtel La Plage, no Guarujá (SP), outro projeto com

a assinatura de sua empresa. Foi enterrado no primeiro cemitério público municipal, o da Consolação, onde também está eternizada a marca de seu escritório, que projetou o portal de entrada do local.

“Em meio século de atividade, ligou o seu nome de modo imperecível à cidade de São Paulo”, disse na CMSP o vereador Alexandre Albuquerque, em sessão após a morte do arquiteto. No mesmo discurso, o parlamentar registrou que “em todos os grandes monumentos da nossa terra”, estava gravado, à época, o nome de Azevedo. “Poucas, muito poucas, serão as ruas de São Paulo em que não encontrem edifícios criados e erigidos por este grande arquiteto”, ressaltou. Lembrou, por fim, que graças a Azevedo a cidade rústica havia se transformado num lugar de modernos edifícios, feitos com ferro e concreto: “Foi o obreiro que, com suas próprias mãos, demoliu uma aldeia e construiu uma metrópole”. 

SAIBA MAIS

Livro

Theatro Municipal de São Paulo - 100 anos. Márcia Camargo. Dado Macedo Edições. 2011.

Exposição

Escritório Ramos de Azevedo: a arquitetura e a cidade

» Até 28 de agosto

Na Escola Politécnica da USP
Avenida Professor Luciano Gualberto,
Travessa 3, nº 380, Butantã

» De 1º de setembro a 1º de dezembro

Na Pós-Graduação da Faculdade
de Arquitetura e Urbanismo da USP
Rua Maranhão, 88, Higienópolis

Tour Ramos de Azevedo

Guia de turismo Laercio Cardoso de Carvalho. Contato: (11) 99837-4063 e (11) 97966-6978. R\$15 por pessoa.

NA ESTRADA
Apresentadora Jaqueline
ensaia em dia de estreia do
circo itinerante Moscou



★ Os MAIORES ESPETÁCULOS DA TERRA ★

Dentro e fora das lonas, o circo se reinventa e ganha leis que estimulam e homenageiam seus artistas

Fausto Salvadori Filho | fausto@camara.sp.gov.br
Gisele Machado | gisele@camara.sp.gov.br

Era uma casa muito engraçada. Não tinha teto, não tinha piso, não tinha nada. As paredes eram tudo o que restava do galpão onde havia funcionado o primeiro supermercado de Cidade Tiradentes, bairro pobre na zona leste de São Paulo. O galpão não passava de uma ruína quando um coletivo de artistas chamado Instituto Pombas Urbanas ocupou o local, em 2004, com a missão de erguer um teatro.

“Como não havia energia, os atores tinham que usar os faróis dos carros para iluminar o galpão à noite”, relembra o ator Adriano Mauriz, 39 anos, um dos moradores do bairro de São Miguel Paulista que, ao lado do diretor Lino Rojas (morto em 2005), fundou há 25 anos o Pombas Urbanas, com o sonho de “transformar a arte num projeto de vida para os jovens das periferias”. Quando se instalaram em Cidade Tiradentes, os atores do grupo



sentiram a carência dos moradores por mais opções de arte e lazer que não existiam no bairro. Decidiram que um teatro só não bastava. Era preciso montar um centro cultural, a partir das demandas da população. Foi aí que Adriano começou a ensinar técnicas de circo: perna de pau, monociclo, malabares.

As aulas encantavam a molecada e ensinavam para as crianças mais retraídas ou agressivas como se relacionar umas com as outras. “Virou um espaço de brincadeira e sociabilização”, conta Mauriz. Depois que os pequenos devoraram tudo o que Adriano tinha para ensinar, ele resolveu chamar profissionais dos circos tradicionais para dar aula. Gente que havia nascido sob as lonas e aprendido os artes circenses com os pais, herdeiros de um saber passado de geração a geração.

“O povo do circo chamava a gente de palombar”, conta Marcelo Nobre Orquiza, 24 anos, morador de Cidade Tiradentes que passou a frequentar as aulas em 2011. Na linguagem do circo, palombar são remendos que garantem a sustentação da lona. “Eles diziam que estavam nos ensinando coisas que os filhos deles não queriam mais aprender. Nós éramos como remendos na tradição do circo”, explica.

Os alunos assumiram o apelido e criaram, em 2012, o Grupo de Circo e Teatro Palombar, formado por dez jovens, todos de Cidade Tiradentes. São artistas circenses que não precisam de lona: podem apresentar

seu espetáculo onde quiserem, em teatros ou na rua. Hoje, são eles que dão as aulas de circo para as crianças do bairro, no mesmo galpão de antes – que, após ser reformado pelas mãos dos próprios artistas, ganhou teto, piso, luz e água, transformando-se no Centro Cultural Arte em Construção, um espaço com 1.600 m² de equipamentos culturais, incluindo salas de aula, áreas de convivência, biblioteca, sala de leitura, teatro e cineclube.

Ao mostrar que a arte também pode ser abraçada por quem mora

na periferia, o Palombar e outros grupos artísticos surgidos no antigo galpão mudaram o rumo da vida de alguns jovens do bairro, como Marcelo. “Eu vivia sem um projeto, sem saber o que queria fazer”, afirma o ator. “Hoje, vivo do circo, e sem precisar deixar o bairro onde moro.”

CIRCO POPULAR

É assim, por meio de remendos que reinventam e dão sustentação à sua história, que a arte circense cria formatos e vai conquistando outros espaços.



EM CENA • Guilherme Torres, Larissa Evelyn, Rafael Diniz e Marcelo Nobre, artistas do Grupo Palombar

PREPARATIVOS • Jorge Fumagalli durante instalação do Circo Moscou



Uma iniciativa aprovada pela Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) quer ser mais um palombar nessa história e levar o poder transformador do circo a mais pessoas: a Lei 16.162, sancionada pelo prefeito Fernando Haddad (PT) em 13 de abril deste ano. A proposta cria o Programa Circo Popular, que pretende disponibilizar aulas gratuitas de circo. O autor do projeto é o vereador Marquito (PTB), ele próprio um artista que atua em picadeiros desde os 17 anos. “O circo ensina muito”, lembra o parlamentar. Segundo ele, o objetivo das aulas é aproveitar o tempo ocioso dos jovens



AULAS • Marquito é autor da proposta que criou o Circo Popular

e proporcionar a eles “cultura, novos horizontes, entretenimento, benefícios físicos e intelectuais”, além de disseminar a importância social e histórica do circo. Os cursos do Circo Popular terão cinco modalidades: aérea, solo, cama elástica e trampolim acrobático, malabares e aulas históricas (veja mais na pág. 20).

O secretário municipal de Cultura, vereador licenciado Nabil Bonduki, disse que a pasta está trabalhando para que o projeto entre em prática. “Num primeiro momento, vai funcionar em duas ou três Subprefeituras”, explica. O secretário também estuda a possibilidade de destinar terrenos da Prefeitura para receber circos iti-

nerantes. “A cidade precisa ter locais exclusivos para os circos”, aponta Bonduki.

A proposta do Circo Popular foi bem recebida pelas entidades do setor. “O circo tem que continuar com a lona, que é seu hábitat natural, mas esse projeto permite levá-lo a outros espaços, para estar sempre na mente e no coração das pessoas”, celebra Camilo Torres, presidente da Associação Brasileira do Circo (Abracirco).

Nos últimos anos, o circo começou a ir além do seu “hábitat natural”. Desde que chegou ao Brasil, no início do século 19, trazido por famílias de artistas europeus, o circo foi sinônimo de lonas itinerantes, erguidas por famílias que iam de cidade em cidade apresentando-se em espetáculos grandiosos, com dezenas de artistas. As coisas começaram a mudar a partir dos anos 1980, quando a lona passou a conviver com outros jeitos de fazer circo.

Jeitos que misturam a tradição circense com a linguagem do teatro, na forma de espetáculos menores, capazes de caber em palcos, eventos, festas e nas ruas. Ao mesmo tempo, aulas de malabares e trapézio entraram para o cardápio das academias de ginástica e as técnicas do palhaço viraram tema de vivências que trabalham o autoconhecimento.

“O circo é a bola da vez”, diz o professor Marco Antonio Coelho Bortoleto, coordenador do Grupo de Estudo e Pesquisa das Artes Circenses (Circus), da Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Entre os vários setores que passaram a utilizar as artes nascidas dos picadeiros, os brasileiros se destacaram ao utilizar o circo nos projetos sociais. “O Brasil se tornou uma das principais referências em circo social”, afirma o professor, mencionando como exemplos os circos Girassol, em Porto Alegre (RS), o Laheto, em Goiânia (GO), o Crescer & Viver, no Rio de Janeiro (RJ), e o Pombas Urbanas.

Segundo Bortoleto, por ser uma arte que exige coragem, respeito e cooperação, o circo pode ser

“bastante transformador quando trabalhado num contexto educativo”. Imagine o que se passa com quem enfrenta o medo de cair ao andar equilibrado num arame ou expõe o seu lado mais ridículo para uma plateia, vestindo um nariz vermelho. É o tipo de experiência que muda uma pessoa. “Com o circo, a gente descobre que é capaz



de fazer várias coisas e isso gera uma transformação pessoal. Daí, a transformação social é consequência”, conta Bortoleto.

"FILHO, NÃO DEIXA ACABAR"

A novidade que detonou as várias mudanças do circo brasileiro foi a criação das escolas de circo, a partir de 1978, com a abertura da pioneira Academia Piolin de Artes Circenses, em São Paulo. “Até então, o circo de lona guardava os últimos vestígios de uma arte iniciática e ancestral”, conta Verônica Tamaoki, coordenadora do Centro de Memória do Circo, criado pela Prefeitura de São Paulo em 2009. Quem quisesse aprender circo tinha de ter nascido numa família do meio ou ser aceito numa lona itinerante – fora disso, os artistas não ensinavam o que sabiam a ninguém.

“A criação das escolas sofreu muito questionamento, porque as técnicas eram o grande tesouro das famílias tradicionais. Hoje os artistas entendem que é uma oportunidade de trabalho. Com isso, o saber do circo se democratizou”, conta Bel Toledo, presidenta da Cooperativa Paulista de Circo. Segundo ela, hoje em dia há poucos conflitos entre os artistas tradicionais e os contemporâneos, nascidos fora da lona. “Somos todos circo”, diz Bel.

A presidenta da cooperativa diz que a classe média começa a redescobrir o circo agora, principalmente por conta da influência chique do Cirque du Soleil, companhia ca-

nadense com espetáculos apresentados por todo o mundo. Mas ela lembra que o picadeiro nunca saiu de moda entre a maioria da população brasileira. No ano passado, uma pesquisa sobre hábitos culturais feita pelo Sesc e pela Fundação Perseu Abramo mostrou que o circo é uma atividade que faz parte da vida de 72% dos brasileiros. “Temos mais público do que o cinema, só que com menos visibilidade”, compara.

O circo que chega a essa multidão de brasileiros é quase sempre a lona itinerante, que consegue chegar aos mais distantes locais do Brasil. Pois justamente a forma mais tradicional de circo, origem de toda a riqueza que hoje se espalha por palcos, escolas e academias, é a que encontra mais dificuldades para se manter viva. Ao contrário do cinema e do teatro, por exemplo, os artistas da lona dizem que raramente conseguem o apoio das leis de incentivo fiscal. “É a única atividade cultural que depende apenas da sua bilheteria para viver”, afirma Bel. Verônica Tamaoki, do Centro de Memória de Circo, vai mais longe e prevê: “Por falta de apoio, o circo de lona corre risco de extinção”.

Não há números precisos, apenas estimativas. A Abracirco e o Centro de Memória afirmam que o País tem hoje cerca de mil lonas de circo, que dão emprego para cerca de

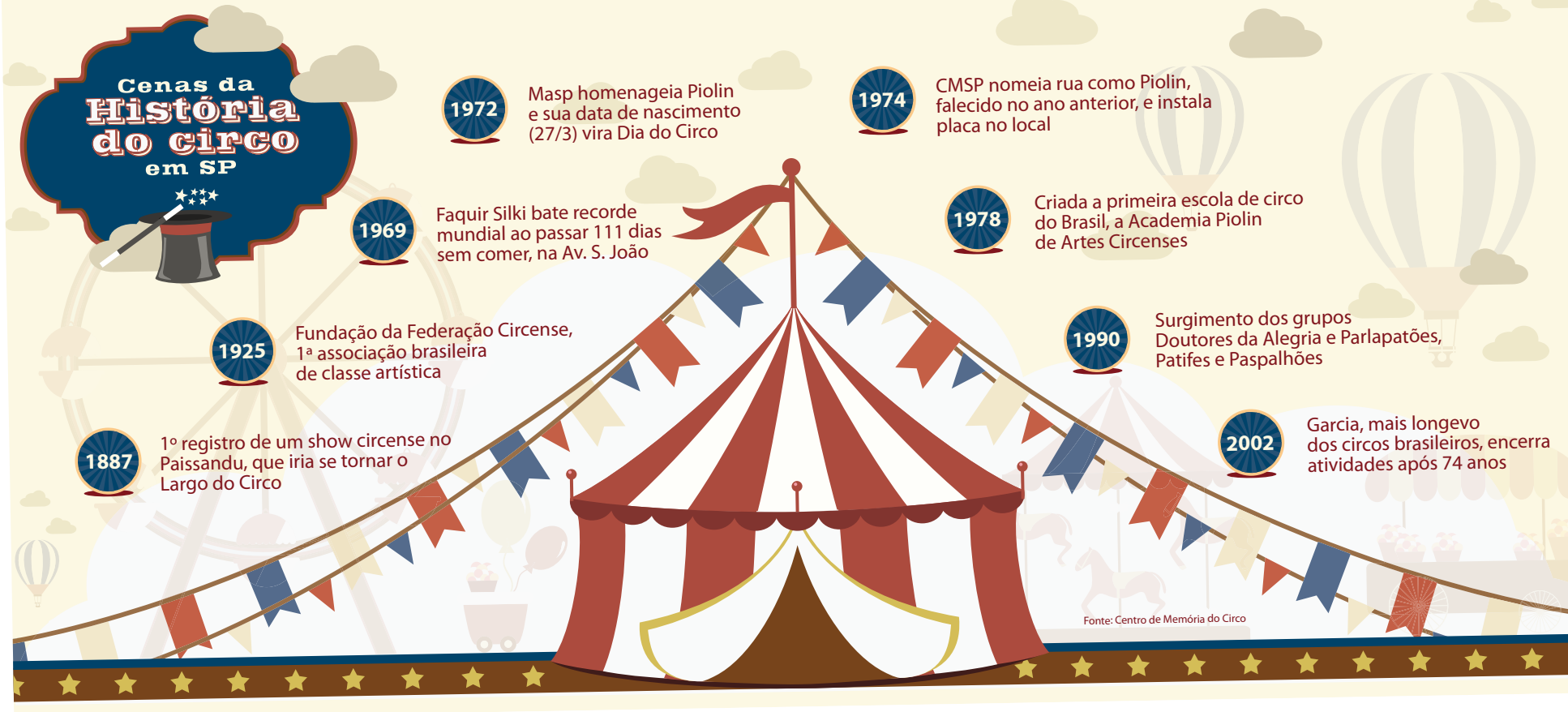
MEMÓRIA
Piolin, considerado
o maior palhaço
do Brasil, na
década de 30



Secretaria Municipal de Cultura

25 mil profissionais. O número é a metade do que havia dez anos atrás.

A crise não é de hoje. Em 1961, o palhaço Piolin (saiba mais sobre ele na pág. 24) viu seu circo ser despejado do endereço que havia ocupado por 12 anos, na Avenida General Olímpio da Silveira, em Santa Cecília (região central). A expulsão que atingiu o circo do maior palhaço do Brasil prenunciava o que viria a se tornar o maior problema para o circo tradicional nas décadas seguintes: em tempos de especulação imobiliária, com a terra urbana negociada a preço de ouro, achar terrenos para levantar uma lona ficou cada vez mais difícil. Por isso, a arte circense, que ao longo do seu primeiro século de vida havia se instalado em endereços cen-



utilização de animais de qualquer espécie em apresentação de circos e congêneros” na cidade de São Paulo.

“A apresentação dos animais em espetáculos circenses nada mais é do que pura tortura para os animais”, dizia o vereador na justificativa. A proposta teve o apoio de entidades como a Aliança Internacional do Animal (Aila), autora de uma campanha contra o uso de bichos nos picadeiros. “Não somos contra o circo. Gostamos da diversão sadia, como o Cirque du Soleil, que deixa qualquer um de boca aberta”, disse Júlia Fukushima, secretária da Presidência da Aila, no dia da aprovação da lei, para a *Folha de S.Paulo*.

O PL de Lin foi vetado pelo prefeito José Serra, mas a CMSP derrubou o veto e promulgou a lei em 30 de junho de 2005. Dois meses depois, em 25 de agosto,

ADMIRADOR • Toninho Paiva criou o Dia Municipal do Circo e do Artista Circense



Gutierrez/CMSP

trais, como o Largo do Paissandu, viu-se confinada às periferias.

“Manter um circo ficou muito difícil. Tem poucos terrenos disponíveis, os donos cobram caro e exigem pagamento adiantado”, desabafa Jorge Borges Monteiro, 65 anos, o Jorge Fumagalli, dono do Circo Moscou, que está com sua família há sete gerações. É uma tarde fria de junho, e o dono do circo ajuda os outros artistas a erguer as armações que sustentarão a lona, na Praça dos Bombeiros, em São Bernardo do Campo (SP).

Os artistas vão chegando, a bordo dos veículos onde moram e via-

jam. A água e a luz ainda não foram ligadas, e ninguém sabe quando poderá tomar banho. Não há separação entre artistas e empregados. Quem brilha no palco também espalha serragem e finca estacas no chão. “Aqui é um circo familiar. Todo mundo põe a mão na massa”, explica Jorge. Também não há separação entre as habilidades. “O tradicional de circo tem que saber fazer de tudo um pouco. Se não tem locutor, meus filhos vão lá anunciar. Não tem palhaço? Eles pintam a cara.”

De repente, Jorge chora. Lembra a promessa que fez ao pai antes de morrer: “Ele me pediu: ‘filho,

depois que Deus me levar, não deixa o circo acabar, não’”. Os filhos e netos firmaram com ele o mesmo compromisso. “Eles me dizem: ‘vô, fica tranquilo, não vai acabar, não’. Graças a Deus, estão continuando.”

NADA DE BICHO

Elogiada pelas entidades de proteção aos animais, uma lei da CMSP teve como efeito colateral agravar a crise da lona, ao remover leões, elefantes, cavalos e outros bichos que estavam entre as principais atrações de vários circos. Criada pelo vereador Roger Lin, a Lei 14.014/2005 proibiu “a

FERAS • O domador Zoltan Guranyi retirou-se do circo após proibição do uso de animais



Coleção Zoltan Guranyi/CMSP

Câmara homenageia artistas



André Bueno/CNSP

ARTE MILENAR • Francisco Paulivan dos Santos, o palhaço Reco-Reco, brinca com jovens em sessão solene comemorativa ao Dia Municipal do Artista Circense e do Circo

Faz tempo que o ambiente sério da Câmara Municipal volta e meia se colore com os narizes vermelhos e as roupas brilhantes dos artistas circenses, nas homenagens feitas pelos vereadores. Em 1974, um decreto promulgado pelo presidente da Casa, Brasil Vita, ordenou a confecção de uma placa de bronze em homenagem a Abelardo Pinto, o palhaço Piolin, falecido no ano anterior.

A placa criada pela Câmara foi afixada numa rua que recebeu o nome de Abelardo Pinto (Piolin), no Largo do Paissandu, endereço histórico do circo paulistano, por decreto do prefeito Miguel Colassuono. “Neste local existiu um circo e sob sua lona nasceu um dos grandes palhaços do mundo”, começava o texto gravado no bronze. “Nenhuma homenagem foi tão merecida, porque, sobre ser justa, é romântica, é poética e desmente os que chamam São Paulo de cidade sem alma”, escreveu o pesquisador de circo Júlio Amaral de Oliveira, conforme diz o livro *Hoje tem espetáculo?*, de Roberto Ruiz.

Em 2012, uma passeata de palhaços, com o apoio da Secretaria Municipal de Cultura, conseguiu que a antiga placa de bronze, gasta e pichada, fosse trocada por uma nova, que está lá até hoje, apresentando uma citação do próprio Piolin: “Meu sonho era ser engenheiro. Queria construir casas, pontes, estradas e castelos. Construí apenas castelos de sonhos para muita gente. Sou, de qualquer maneira, um engenheiro, e estou feliz com isso”.

Piolin era celebrado como um dos maiores artistas brasileiros pelos modernistas da Semana de 1922. Um deles, o poeta Menotti del Picchia, escreveu que Piolin “revolucionou o picadeiro como nós, seus amigos, revolucionamos as letras e as artes”. Em 1972, nos 50 anos do evento, o Museu de Arte de São Paulo (Masp) convidou Piolin a montar um circo no local. No mesmo ano, uma lei estadual transformou a data de nascimento de Piolin, 27 de março, em Dia do Circo.

Um dos vereadores mais ligados às artes do picadeiro é Toninho Paiva (PR), autor da lei que transformou o 27 de março em Dia Municipal do Artista Circense e do Circo. Para aproveitar a data, anualmente o vereador promove uma sessão solene em que homenageia grandes nomes das artes circenses, selecionados pela Associação Brasileira do Circo (Abracirco). “O objetivo é beneficiar um segmento que está um pouco esquecido. Quem é que não teve a infância marcada pelo circo?”, pergunta o vereador. “O circo precisa continuar em atividade para dar alegria a nós todos.”

Outros artistas que fizeram história também pisaram, com seus sapatos enormes, o tapete das sessões solenes da Câmara. Waldemar Seyssel, o Arrelia, autor do bordão “Como vai, como vai, como vai? Muito bem, muito bem, muito bem!”, recebeu o Título de Cidadão Paulistano em 1979, mesmo ano em que outro palhaço, Brasil José Carlos Queirolo, o Torresmo, recebeu a Medalha Anchieta (destinada a paulistanos cujas ações foram benéficas à sociedade local).

uma lei estadual, de autoria do deputado estadual Ricardo Trípoli (PSDB), estendeu a mesma proibição a todo o Estado.

Na época, Zoltan Guranyi, hoje com 78 anos, era considerado o principal domador do Brasil e havia ensinado o ofício aos filhos, que trabalhavam com ele no circo Orlando Orfei, um dos maiores do País. Em 2006, um ano após a proibição do uso de animais, o circo fechou e a família Guranyi nunca mais voltou às artes circenses. “Havia circos que maltratavam os animais e mereciam ser fechados”, reconhece Guranyi. “Mas também tinha os circos que respeitavam os bichos, e a lei não diferenciou um do outro”, lamenta.

As dificuldades provocadas pela lei prejudicaram até artistas que não lidavam com animais, como o malabarista Ramon Marambio, 36 anos, na quarta geração de circo. “Vários

circos quebraram durante a crise dos bichos. Eu mesmo tive que abandonar as lonas itinerantes”, lembra. Hoje, ele trabalha “fazendo cachê” como artista temporário de circos de passagem pela cidade.

APESAR DE TUDO, SORRISOS

Uma semana após ter acompanhado a chegada do Circo Moscou ao terreno de São Bernardo do Campo, a **Apertes** voltou para ver a estreia no local. Tudo está mudado. Os artistas ergueram a lona colorida, ligaram luz e água (após quatro dias sem poder tomar banho) e agora desfilam em suas roupas coloridas. Não sabem se haverá público: faz muito frio e a gráfica não entregou os folhetos, para que pudessem fazer a divulgação. Mas estão todos a postos.

“Daqui a pouquinho começa o nosso espetáculo”, anuncia a apresentadora Jaqueline Souza, usando

um terninho preto e uma armação de cartola na cabeça, tudo coberto de pedras brilhantes. Muito concentrada, olha para as cadeiras vazias como se estivessem lotadas. “Minha paixão é o circo”, ela diz para a reportagem.

Também é a paixão do palhaço Bruno Monteiro, 35 anos, sobrinho de Jorge. Está postado na entrada, pronto para fazer palhaçadas e vender pipocas e bexigas para as crianças. É daqueles que têm serragem correndo nas veias. Ele possui uma casa em Juquitiba (SP), mas o lugar vive vazio. “Não consigo viver lá. Não trocaria o circo por nada”, conta.

Os minutos passam, e os artistas percebem que a noite não será de espetáculo. Hoje não deu público. O jeito é se despir das fantasias e desmontar o show. Ninguém ali parece triste ou desanimado. É assim mesmo, todos sabem. “O circo é um alto e baixo”, Bruno comenta. “Mas, alto ou baixo, o palhaço tem que sorrir do mesmo jeito, para fazer as crianças sorrirem também.”



PALHAÇADA • Verônica Tamaoki mostra navalha gigante do Centro de Memória do Circo



Mazari Gomes/CNSP

SAIBA MAIS

Livros

Circo Nerino. Roger Avanzi e Verônica Tamaoki. Conex, 2004.

Hoje tem espetáculo? – As origens do circo no Brasil. Roberto Ruiz. Inacen, 1987.

Respeitável público... o circo em cena. Erminia Silva e Luís Alberto de Abreu. Funarte, 2009.

Passeio

Centro de Memória do Circo. Av. São João, 473 (Galeria Olido). Tel. 3397-0177.

No teu seio, mais amores

São Paulo precisou de leis para garantir respeito pelo alimento mais antigo e natural da humanidade

Fausto Salvadori Filho | fausto@camara.sp.gov.br

Como muitas crianças, Sofia, 3 anos, tem um álbum de capa cor-de-rosa com fotos dos seus primeiros anos de vida. Com uma diferença. No álbum de Sofia, as suas imagens de bebê se misturam com recortes de jornais em que a menina aparece no colo da sua mãe, a artesã Geovana Cleres, 37 anos, em notícias que falam de direitos, lutas e protestos.

“Fiz um pequeno dossiê com as notícias em que aparecemos para mostrar à Sofia quando ela for mais velha”, conta Geovana. A menina ainda é muito nova para entender tudo o que aconteceu à sua volta e por que ela e a mãe viraram assunto do noticiário e inspiraram a criação de uma lei na cidade de São Paulo.

Pois é, Sofia. Algumas coisas são mesmo difíceis de entender. Até para a gente que é grande. Imagine você que tudo começou porque a funcionária de um lugar chamado Sesc Belenzinho não quis deixar sua mãe lhe dar de mamar na frente de outras pessoas. Você não deve se lembrar. Foi em 13 de novembro de 2013, e você tinha só um ano de idade.

A funcionária disse que sua mãe deveria sair do espaço para brincadeiras do Sesc, onde vocês

estavam, e se esconder num lugarzinho apertado chamado “sala de amamentação”, longe das vistas de todo mundo, como se estivesse fazendo uma coisa feia. Nem a funcionária soube dizer o motivo da proibição. Primeiro, falou que era porque outras crianças podiam ver os seios da sua mãe e ficar com vontade de mamar também. Depois, disse que o problema estava nos adultos. Gente grande já teria reclamado porque se sentia constrangida ao ver seios de mães amamentando os filhos por aí.

DO MAMAÇO À MULTA

Seios, Sofia, são aquelas duas bolsas cheias de leite onde as mães matam a fome da gente quando somos pequenos. Sua mãe tem e um dia você também terá iguaizinhos a ela. A funcionária que a proibiu de mamar também tinha um par de seios. Metade da humanidade tem. Mesmo assim, tem algo nos seios que incomoda algumas pessoas. Sua mãe foi vítima desse incômodo naquele dia. Ao chegar em casa, ela resolveu desabafar. Escreveu um texto num lugar cheio de discussões e vídeos de gatinhos chamado Facebook.

O desabafo da sua mãe ganhou o apoio de muita gente legal, mas também chamou a atenção de pes-

LEGADO
Geovana e a filha, Sofia, inspiraram lei que protege amamentação



soas não tão bacanas, inclusive outras mães. “Meu post recebeu algumas respostas extremamente machistas. Uma mulher, por exemplo, me disse que ela não queria que o marido dela visse outras mulheres amamentando por aí”, diz Geovana. Nem tente entender, Sofia. Nem tente.

Mas essa história tem um final feliz, como aqueles contos dos livros. E nem precisou de príncipe ou fada. Geovana e outras mães é que foram as princesas e fadas madrinhas dos seus enredos e, quatro dias depois, organizaram um protesto no Sesc Belenzinho

Leis e projetos sobre amamentação

Lei 15.873/2013 - Edir Sales (PSD)
Institui o Dia do Aleitamento Materno em 1º de agosto

Lei 13.296/2002 - Toninho Paiva (PR)
Obriga o Executivo a implantar um banco de leite humano em todas as maternidades municipais.

PL 175/2015 - Aurélio Nomura (PSDB)
Cria o Mês do Agosto Dourado, dedicado ao aleitamento materno

PL 390/2014 - Aurélio Nomura e Patrícia Bezerra (ambos do PSDB)
Obriga a divulgação de informações sobre aleitamento materno e postos de coleta

PL 199/2013 - Edir Sales (PSD)
Cria o Programa Leite Materno é Vida, que entrega o alimento no endereço dos beneficiários

PL 363/2011 - Souza Santos e David Soares (ambos do PSD)
Cria o programa de incentivo Quem Doa Leite Materno Doa Vida

(protesto, Sofia, é como quando a gente chora pedindo alguma coisa. Tem vez que somos atendidos, tem vez que não). O protesto foi em forma de mamaço, com dezenas de mães alimentando seus filhos na frente dos funcionários do Sesc. Que, dessa vez, não proibiram ninguém e ainda apoiaram o ato.

É aí que entram na história os vereadores Aurélio Nomura, Patrícia Bezerra (ambos do PSDB) e Edir Sales (PSD). Vereadores, Sofia, são pessoas que, entre outras funções, podem propor regras dizendo o que as pessoas podem ou não fazer, mais



META • Edir diz que objetivo da lei é conscientizar

ou menos como seus pais fazem quando dizem que você só pode rabiscar naquela parede ao lado do seu quarto, mas não nas outras do apartamento. As regras que os vereadores criam são chamadas de leis. Pois esses três vereadores criaram um projeto que virou a Lei 16.161, sancionada em 13 de abril deste ano.

A lei diz que toda mamãe tem o direito de dar de mamar em qualquer estabelecimento da cidade, e ainda prevê um castigo, como as mães fazem com os filhos levados. O estabelecimento que impedir alguém de amamentar pode ser punido com multa de R\$ 500, que dobra de valor em caso de reincidência. “Constranger o ato de amamentar é inadmissível. Não existe nada mais natural que uma mãe amamentar seu filho”, disse Nomura, na época da sanção. Coautora da lei, Edir Sales afirma que a legislação não veio para multar, mas para informar: “O mais importante é a conscientização desses estabelecimentos e das mães, para que

saibam que podem amamentar em qualquer lugar”, aponta.

A outra autora, Patrícia Bezerra, mãe de duas adolescentes, contou que, uma vez, um garçom a impediu de amamentar sua primeira filha num restaurante. “Naquela época, como mãe de primeira viagem, inexperiente e imatura, acatei o que o garçom disse sem questionar ou perceber que amamentar onde quisesse era um direito meu e da minha filha. Se fosse hoje, não aconteceria novamente”, diz a vereadora.

Engraçado pensar que, num país feito o Brasil, os mesmos seios que provocam caretas quando alimentam bebês em público são festejados e rendem grana quando exibidos para homens crescidinhos no carnaval ou em filmes que as crianças não podem ver. “Isso mostra o quanto nossa sociedade é machista e só ad-

mite a nudez feminina se for a serviço do prazer masculino”, lembra a geógrafa Fabíola Tibério Nunes, 36 anos. Ela é quem aparece amamentando o filho Igor na foto acima, feita para o Projeto Loove, da jornalista Catarina Beato e do fotógrafo Tiago Figueiredo, que procura foto-



LIVRE
Fabíola amamenta o filho Igor no Minhocão, em foto para o Projeto Loove

grafar mulheres dando de mamar em lugares públicos para lembrar a todo mundo como isso é natural.

ALIMENTO VIVO

Essa conversa deve parecer estranha para você, Sofia, que já nasceu sabendo a delícia e a saúde que é mamar. Mas gente grande gosta de complicar as coisas e andou, muitas vezes, afastando a maternidade de tudo o que é natural. Pegamos mania de mandar mães



MAMAÇO
Mães protestam no Sesc Belenzinho, em novembro de 2013

para hospitais, como se estivessem doentes, cortar a barriga delas na hora do parto, trancar os bebês em berçários e ainda inventamos um monte de traquitanas, como leite em pó, chupetas e mamadeiras, para fazer o bebê largar do peito o quanto antes, convencendo as mulheres de que o corpo que gera a criança não é capaz de parir e nem de alimentá-la.

Durante anos, essas ideias tiveram apoio da classe médica. Médicos, Sofia, são outras pessoas que também criam regras dizendo o que a gente pode ou não fazer,

mais ou menos como os vereadores, só que vestem roupa branca e suas leis vêm em forma de receitas. Veja o que diz um desses homens de branco, o pediatra Moisés Chencinski, membro do Departamento de Aleitamento Materno da Sociedade de Pediatria de São Paulo e criador de uma campanha chamada #euapoiioleitematerno. “Quando saí da faculdade, buscava-se tirar o bebê do seio materno o mais rápido possível: com um mês introduzia-se o suco e aos quatro meses a criança já estava almoçando e jantando”, afirma. Com

LEITE MATERNO

as fases

Até 6 meses
Único alimento

6 meses a 1 ano
Alimento principal
Além do leite, papas e purês

1 a 2 anos
Alimento complementar
Mesma comida dos adultos

Após 2 anos
Mãe e bebê decidem quando parar

EVITE MAMADEIRAS E CHUPETAS

Podem levar ao abandono do peito

Prejudicam dentes, fala, respiração e mastigação

A hora certa de mamar é sempre que o bebê quiser

Fontes: Unicef Brasil / Ministério da Saúde / Fiocruz

COMO DOAR LEITE

Toda mãe saudável pode doar

Use frascos de vidro com tampa, esterilizados

Lave as mãos e vista touca

Massageie a mama

Com a mão em C, colete

Duração Geladeira 24h Freezer 15 dias

LOCAIS

Sala de ordenha
onde mães de bebês hospitalizados doam ao próprio filho

Posto de coleta
além da ordenha, permite congelar o leite

Banco de leite
além de receber e armazenar, pasteuriza o leite

Endereços
Rede Brasileira de Bancos de Leite Humano
www.redeblh.fiocruz.br

Só leite pasteurizado pode ser doado para outras crianças

Fontes: Telma Giangardi, Moisés Chencinski, José Carlos Riechelmann, Fiocruz

Bancos de leite precisam de doadoras



CARINHO
Irene alimenta
a filha Sofia em
UTI de Ermelino
Matarazzo

Quando nasceu o primeiro rebento da atendente Irene Souza dos Santos, 28 anos, não era o momento dele rebentar. Sofia nasceu prematura, com 28 semanas. Pesava 1,2 quilo e cabia na palma da mão. Nem o corpo de Irene tinha leite para amamentá-la, nem Sofia estava pronta para engolir o alimento. Internada na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) neonatal do Hospital Público Municipal Alípio Correa Netto, em Ermelino Matarazzo, na zona leste, Sofia passou os primeiros dias sendo alimentada, via sonda, pelo leite de outras mães. O alimento era recolhido, analisado e pasteurizado no banco de leite da maternidade local.

A pediatra Telma Aparecida Farahte Giangardi, responsável pelo banco de leite do hospital, diz que o alimento doado pelas mães é entregue aos bebês das UTIs, a maioria prematura. O banco também ajuda a aumentar a produção do alimento, graças a um ambulatório que dá apoio às mães, inclusive com a participação de uma psicóloga, para ajudá-las a produzir mais leite. Foi o que aconteceu com Irene, que, após algumas semanas, passou a doar o próprio leite para alimentar Sofia. “Foi muito gratificante, porque quem é mãe quer amamentar”, conta. Irene disse que, mesmo após levar Sofia para casa, pretende continuar a doar ao hospital: “Como minha filha mamou de outras pessoas, vai ser

um prazer ajudar crianças que precisam. Toda mãe devia fazer isso”.

Devia mesmo (veja como doar na pág. 29). Embora a Rede Brasileira de Bancos de Leite Humano, criada pelo Ministério da Saúde e pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), seja considerada a maior e mais complexa do mundo, capaz de distribuir a cada ano 160 mil litros pasteurizados para 175 mil bebês, ainda é pouco. A rede brasileira só dá conta de 60% das necessidades dos recém-nascidos internados. “Alguns bebês têm que receber o leite artificial, que aumenta em muito o risco de infecção do berçário. O leite que salva vidas é o materno”, afirma José Carlos Riechelmann, diretor do Departamento de Gestão de Assistência da Autarquia Hospitalar

Municipal, responsável pela administração dos hospitais municipais.

A Lei 13.296/2002, do vereador Toninho Paiva (PR), ajudou a ampliar a rede na cidade, ao obrigar o Executivo a implantar um banco de leite em todas as maternidades municipais. “Essa lei teve um impacto muito positivo”, afirma Riechelmann. Hoje, todas as maternidades têm alguma estrutura para a coleta de leite, que tanto pode ser uma sala de ordenha (para a mãe doar apenas ao próprio filho), um posto de coleta (que congela o alimento) ou um banco de leite no sentido estrito (que faz tudo isso e ainda pasteuriza o leite doado). “Eu me orgulho muito de ter ajudado, com essa lei, a alimentar crianças que, de outro jeito, poderiam nem virar”, afirma Paiva.

isso, segundo ele, observou-se um aumento em várias doenças, como obesidade infantil e diabetes.

Foi por volta dos anos 90 que médicos e mães redescobriram o alimento que vem do corpo. “Hoje se sabe que o leite materno tem a proporção e quantidade certas de nutrientes necessários para a criança em cada fase do seu desenvolvimento”, explica Chencinski.

Os pediatras chamam esse leite de “alimento vivo”, por sua capacidade de se transformar. No começo da mamada, é rico em proteínas e sais minerais, e no final contém mais gordura, para deixar o bebê satisfeito e com energia. Como se cada mamada fosse uma refeição completa, com prato principal e sobremesa num alimento só. Além de vivo, carrega vida: o leite materno é a casa de vários micro-organismos que protegem contra doenças. Nenhum leite processado



PRECONCEITO • A vereadora Patrícia também foi impedida de amamentar

pelo homem chega perto de tanta riqueza, e, mesmo que conseguisse, tem algo que nunca poderia substituir: o carinho transmitido pelas mães ao dar de mamar. Leite materno é comida, sobremesa e vacina, é beijo e é abraço, tudo num líquido só.

Agora um pouco de números, Sofia. Dados do Ministério da Saúde divulgados em 2009 mostram que as mães do Brasil passaram a amamentar mais nos últimos dez anos, mas o País ainda está longe de cumprir as metas da Organização Mundial de Saúde (OMS), que falam em pelo menos dois anos de aleitamento, sendo que nos primeiros seis meses o bebê não pode se alimentar de outra coisa (veja na pág. 28). Dar apenas o peito é hábito que a maioria das mães brasileiras só consegue fazer por menos de dois meses: em geral, 54 dias. Combinada com outros alimentos, a amamentação costuma parar antes de a criança completar um ano, com 341 dias.

Chencinski afirma que a sociedade brasileira põe um monte de pro-

blemas para as mães que querem amamentar, da licença-maternidade que só é obrigatória por quatro meses à falta de apoio que recebem da família, do governo e das empresas – sem falar do povo que acha feio dar de mamar em público. “Com tantas coisas contra, a mãe que consegue amamentar acaba sendo vista como uma heroína”, diz. Sobre a Lei 16.161, o médico achou bom e ruim ao mesmo tempo. “É uma pena precisar de uma lei para que a mãe possa amamentar em qualquer lugar. Por outro lado, já que é necessário, é bom que exista”, diz.

E sua mãe, Sofia, o que achou disso tudo? Geovana diz que essa história é um presente que ela vai deixar para você. “Esse é o legado mais importante que deixo para minha filha. Mostrar para ela que devemos lutar para reivindicar nossos direitos.”

junho-julho/2015 • Apartes | 31

LEITE MATERNO use sem moderação

Para a mãe

- Dar o peito assim que o bebê nasce diminui sangramento pós-parto
- Diminui riscos de câncer de útero, mama e ovários
- Ajuda a perder peso excedente da gravidez
- Protege contra anemia pós-parto
- Mais econômico



Para o bebê

- Contém os nutrientes necessários
- Protege contra a maioria das doenças
- Fácil digestão



Para ambos

Troca de
carinho
Aumento do
vínculo



Fontes: Unicef Brasil / Ministério da Saúde / Fiocruz



Águas turbulentas

Comissão parlamentar encerra trabalhos e propõe criar agência municipal para fiscalizar contrato com a Sabesp

Rodrigo Garcia | rodrigogarcia@camara.sp.gov.br

ABASTECIMENTO
Moradores do Jardim Vera Cruz, sem água há oito dias, esforçam-se para conseguir encher os galões

PROPOSTA • “Regularizar o fornecimento é a solução”, diz o líder comunitário Júlio Fonseca

de uma quitanda na região. Ela diz que “não gosta de gatos e de nada clandestino”, referindo-se à rede de mangueiras. “Fui até a Sabesp tentar resolver a situação, mas não consegui”, reclama.

Em nota à **Apartes**, a Sabesp informou que um projeto para a implantação de redes de água e esgoto já foi aprovado. Mas, ressalta, a responsabilidade pela execução das obras é da Prefeitura, pois se trata de área a ser urbanizada pelo Programa Mananciais. Por sua vez, a Secretaria Municipal de Habitação diz que as obras já foram iniciadas.

A água-net do Jardim Vera Cruz foi um dos problemas analisados pela Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Sabesp, criada para averiguar os contratos firmados entre a companhia e a Prefeitura Municipal de São Paulo.

Durante nove meses, a CPI realizou mais de 60 sessões, seis au-

“**N**o resto da cidade é proibido lavar a calçada com água da Sabesp, mas aqui a água da Sabesp lava é a rua mesmo”, brinca queixando (ou queixa brincando) o presidente do Clube Comunidade Jardim Vera Cruz, Júlio Fonseca, enquanto mostra os furos nas mangueiras que servem de canos improvisados para levar, irregularmente, água tratada pela Companhia de Saneamen-

to Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) até a casa dos moradores do local onde vive, o Jardim Vera Cruz.

Naquele bairro da zona sul da cidade, a Sabesp levou encanamento até a Estrada do M’Boi Mirim e construiu os cavaletes (tubos e conexões destinados à instalação de hidrômetro nas casas), mas não fez as ligações finais. E mesmo assim envia a conta com a taxa de água e esgo-

to. Para solucionar o problema, os moradores criaram a própria rede, pela qual a água é levada por meio de bombas e de canos improvisados espalhados pelas ruas e até no alto de postes. A rede, irregular, é chamada de água-net, ou gato-net.

Já houve solicitação para que o encanamento seja regularizado, ainda não atendida pela companhia.

“Regularizar é a solução”, acredita Fonseca. A entrevista é interrompida pela enfermeira Severina Barbosa, que também é dona



PROTESTO • Benko critica a Sabesp por “brincar com a água”

diências públicas nos bairros, duas diligências (no Jardim Vera Cruz e na Vila Nova Celino) e ouviu 32 depoimentos de autoridades, como promotores, especialistas em recursos hídricos e representantes da sociedade. Entre elas estavam o presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), Vicente Andreu, o secretário estadual de Saneamento e Recursos Hídricos, Mauro Arce, a ex-presidente da Sabesp Dilma Pena (quando ainda estava no comando da Sabesp) e seu sucessor, Jerson Kelman.

Tanto Dilma quanto Kelman compareceram duas vezes à CPI. Em sua última participação, ocorrida em 13 de maio, o atual presidente da companhia garantiu que não haverá rodízio d'água este ano na cidade. “Não há previsão de rodízio neste ano porque temos uma condição que nos permite diminuir

a retirada de água da Cantareira e a possibilidade de abastecer regiões, atendidas por ela, com outros sistemas produtores”, explicou Kelman.

MEDIDAS

Em 10 de junho, a CPI da Sabesp aprovou seu relatório final, em que responsabiliza a empresa pela falta de água em São Paulo, recomenda mudanças na relação entre a Prefeitura e a companhia e sugere que a cidade tenha uma autoridade reguladora e fiscalizadora municipal, para monitorar a política de água.

Segundo o texto, a empresa de saneamento não fez o planejamento devido diante da crise de água na cidade e nem se preparou para amenizá-la. “Com a escassez da água, tornou-se evidente a falta de planejamento da Sabesp que, mesmo diante de seguidos alertas do risco de redução do estoque do sistema, não tomou medidas a tempo de evitar a situação atual, em que a população se



DEFESA • Seca no Jaguari, que abastece a Cantareira: Sabesp diz que estiagem foi evento “extremamente raro”

ÁGUA-NET
Ligações ilegais de água (mangueiras azuis), no alto dos postes, abastecem o Jardim Vera Cruz



vê obrigada a consumir água do fundo da represa e não sabe até quando contará com o abastecimento regular”, aponta o relatório.

Os membros da Comissão questionaram o papel da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (Arseps), que é estadual e pode, segundo os vereadores, ter sua independência comprometida na fiscalização da Sabesp, também subordinada ao governo do Estado. Segundo Nelo Rodolfo (PMDB), integrante da CPI, uma agência municipal teria mais condições de fiscalizar o contrato da Sabesp com a Prefeitura. “Esse contrato tem de ser atualizado todo ano”,



FISCALIZAÇÃO • Contrato entre Prefeitura e Sabesp deve ser atualizado anualmente, defende Nelo Rodolfo

PRINCIPAIS PROPOSTAS

- Criação de uma agência reguladora municipal
- Construção de poços e cisternas para captar água da chuva
- Incentivo à economia de água
- Menor dependência do Sistema Cantareira
- Diminuição das perdas na tubulação
- Envio de cópia do relatório à Bolsa de Valores de Nova York
- Criação de um Plano de Saneamento Básico
- Tornar permanente o bônus da Sabesp a quem consome menos
- Instalação, na Ouvidoria da CMSP, do Disque Falta d'Água
- Estabelecer um pacto metropolitano com o governo do Estado e outros municípios

NÚMEROS

55
propostas

6
audiências públicas

2
diligências

32
depoimentos

diz o parlamentar. O acordo vigente não prevê atualização.

Entre as recomendações feitas pela CPI, Laércio Benko (PHS), presidente da Comissão, destacou o envio de cópias do relatório, pela CMSP, à Bolsa de Valores de Nova York, onde a Sabesp tem suas ações negociadas. Segundo ele, a medida serviria para os acionistas terem “a noção do que está acontecendo aqui em relação à crise hídrica e que a água está sendo utilizada para a obtenção de lucro, em vez de ser tratada como algo necessário à subsistência humana”. Benko critica que “a Sabesp tem brincado com a água”.

O único membro da CPI que não votou pela aprovação do relatório foi Mario Covas Neto (PSDB), alegando que concordava com grande parte do texto, mas não na totalidade. “Se o regimento da Câmara permitisse o voto ‘favorável com ressalvas’, era assim que eu votaria, mas essa possibilidade não existe”, explicou o vereador à **Apertes**. Entre as discordâncias, Covas Neto diz que “o relatório fala em criar agência da água municipal, mas um órgão regulador metropolitano é mais adequado, pois a água usada em São Paulo passa por vários municípios”.

IMPRECISÕES

Em nota à imprensa, a Sabesp afirmou que a CPI não levou em conta “que a seca de 2014 foi um evento extremamente raro, com probabilidade de ocorrer, em média, uma vez a cada 250 anos”. A empresa também afirma que a Comissão se equivocou ao concluir que a população não foi informada sobre a crise

hídrica. “Além de comunicar diariamente pela imprensa a situação de escassez de chuvas, a Sabesp realizou oito campanhas publicitárias ao longo de 2014, com mais de 3 mil inserções de TV e mais de 13 mil de rádio, o que permite estimar que cada paulistano foi impactado, no mínimo, 40 vezes pelas mensagens de economia de água”, diz o texto.

Ainda segundo a Sabesp, existem algumas imprecisões no relatório. Por exemplo, a empresa questiona a afirmação de que a água de reserva traria riscos à saúde. “Os autores do documento ignoraram que esta mesma água abastece Campinas há mais de 30 anos, sem que se tenha constatado qualquer prejuízo à saúde dos consumidores”, relata a nota da empresa.

Já a Arsesp garantiu à **Apertes** que “é independente administrativa

CONTRÁRIO

Covas Neto faz ressalvas ao relatório da CPI



Marelo Ximenez/CMSP

COMPOSIÇÃO DA CPI

Laércio Benko (PHS)
presidente
Ari Friedenbach (PROS)
vice-presidente
Nelo Rodolfo (PMDB)
relator
José Police Neto (PSD)
Mario Covas Neto (PSDB)
Milton Leite (Democratas)
Paulo Frange (PTB)
Reis (PT)
Dalton Silvano (PV)

e financeiramente e segue as diretrizes legais, exercendo com profissionalismo o seu papel regulador”.

Mesmo com a conclusão dos trabalhos da CPI, os vereadores se comprometeram a continuar fiscalizando as atividades da Sabesp na cidade. Laércio Benko informou que existe a possibilidade de os parlamentares entrarem com uma ação popular para que os paulistanos sejam indenizados pelos problemas provocados pela companhia. “O que os munícipes têm sofrido não é pouco”, declarou o presidente da Comissão. 

SAIBA MAIS

Documento
Relatório da CPI da Sabesp.
www.camara.sp.gov.br/atividade-legislativa/cpis/comissoes-encerradas

Site
Sabesp. www.sabesp.com.br

ENTREVISTA | Pedro Jacobi

Para o sociólogo **Pedro Jacobi**, professor da pós-graduação em ciência ambiental do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo (USP), os paulistanos têm de mudar a forma como se relacionam com os recursos hídricos. “É preciso mudar a cultura da água, somos uma sociedade com pouca cultura comunitária, não temos um olhar coletivo”, afirma. Jacobi, que é autor de livros sobre governança ambiental e editor da revista *Ambiente&Sociedade*, responsabiliza principalmente a Sabesp pelos problemas no fornecimento e defende “o investimento público, responsável, transparente, debatido” para que novas crises sejam evitadas.

Quais as causas da crise hídrica?

Jacobi: Estamos passando por uma crise essencialmente relacionada à falta de governança por parte da Sabesp. Sem dúvida, tem um componente climático, mas ele já podia ser observado na década de 1990. A cidade ficou muito dependente das águas do Sistema Cantareira, cujas obras são da década de 1970, e não houve investimentos que levassem em conta que as mudanças climáticas exigiam a busca de novas fontes de recursos hídricos.

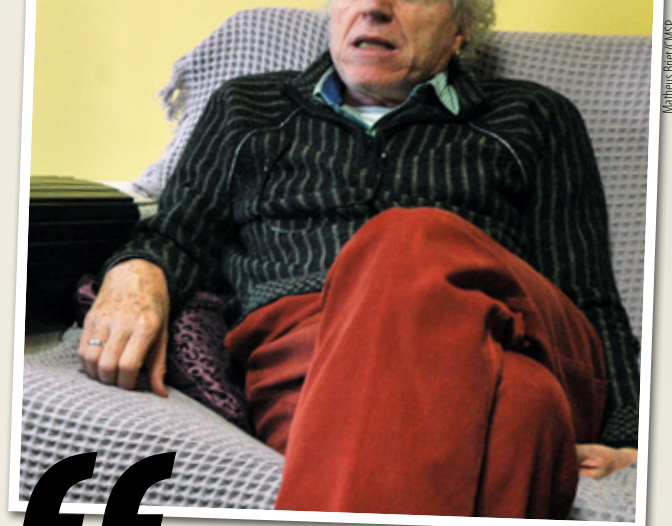
O que os paulistanos podem esperar do futuro?

Procuo não criar alarmismo, porém temos de ser realistas. A Cantareira vai demorar muito tempo para voltar ao normal. Alguns especialistas estimam em até 10 anos, cinco no mínimo. Estão sendo feitos investimentos, mas são de longo prazo. Isso significa que a sociedade como um todo terá de se acostumar a reduzir o consumo de água, mudar os hábitos de consumo. O poder público e os meios de comunicação têm de discutir sempre essa questão. Mas sem culpar o cidadão, que faz aquilo que sempre fez porque nunca foi educado pra fazer diferente.

Como avalia a CPI da Sabesp?

A CPI teve um papel importante, trouxe à tona a falta de transparência da gestão da coisa pública, a falta de prestação de conta por parte da Sabesp. Não dá para esconder, estamos numa situação de crise: muitas pessoas não estão tendo acesso à água da forma adequada.

ECONOMIA
Segundo o professor,
sociedade terá de se
acostumar a reduzir
o consumo



Marelo Ximenez/CMSP

“*É preciso mudar a cultura*”

O que o poder público pode fazer?

Promover a transparência, a prestação de conta e um diálogo permanente com a sociedade sobre como lidar com a crise da água no dia a dia. Isso é fundamental. A empresa de saneamento tem de proteger as fontes de água. Mas há também a questão da habitação popular em área que deveria ser protegida. Precisamos saber como lidar com o problema da exclusão social, com a necessidade de promover moradia.

E como a população deve agir?

Terá de consumir água de outra maneira, usar menos. Precisamos fazer tudo para nos proteger da crise climática, incentivar telhados verdes, reuso de água e, obviamente, redução e uso mais racional. Por exemplo, uma grande quantidade de água é consumida de forma inadequada porque muitas pessoas ainda não trocaram a válvula de descarga por outra mais econômica. Temos de ter prevenção e olhar para o futuro, que está se modificando. Vivemos no antropoceno, era na qual o homem está interferindo na natureza.

Construção em parceria

Câmara conta com participação dos cidadãos para aprimorar uma das leis de maior impacto no funcionamento da cidade

Gisele Machado | gisele@camara.sp.gov.br

Você sabe por que em seu bairro só há residências e, a poucos metros, moradores dividem espaço com bancos, lojas, restaurantes e shoppings? O que pode funcionar em cada pedacinho da cidade (entre outras determinações) está definido na Lei de Zoneamento, a mais importante para a organização territorial do Município ao lado do Plano Diretor Estratégico (PDE), que dá as diretrizes gerais para o desenvolvimento da capital.

Até novembro, os vereadores da Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) e a população vão discutir, em

pelo menos 46 audiências públicas, o Projeto de Lei (PL) 272/2015, que revisa a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (LPUOS), mais conhecida como Lei de Zoneamento, em vigor desde 2004. A LPUOS “determina qual tipo de atividade pode ser desenvolvida em cada local da cidade”, explica o vereador Gilson Barreto (PSDB), presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente da Casa.

Segundo Barreto, com a revisão ficará definido, por exemplo, se uma determinada área pode ter residência, comércio, serviço ou indústria, como devem ser

as construções, a altura máxima dos edifícios, a reserva para habitação popular e as áreas verdes.

Entregue à Câmara em 2 de junho pelo prefeito Fernando Haddad (PT), o PL 272 passou pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), para verificação da legalidade, e depois seguiu para a Comissão de Política Urbana, que comandará o debate entre o Legislativo e a sociedade. O projeto de lei foi construído pelo Executivo com ampla participação popular e estabelece objetivos a serem alcançados até 2029. “O compromisso em ouvir a cidade nessa segunda rodada, agora no Legislativo, tranquiliza o

cidadão que porventura não viu sua pretensão contemplada nesse texto”, disse Haddad no dia em que entregou a proposta à CMSP.

ABERTO A SUGESTÕES

A Lei de Zoneamento teve de passar por revisão para se adequar ao Plano Diretor Estratégico aprovado no ano passado, que orienta e planeja o desenvolvimento da cidade pelos próximos 13 anos. “O PDE mostra a cidade com que sonhamos e a Lei de Zoneamento aponta como se faz para isso acontecer”, explica o vereador Paulo Frange (PTB), membro da Comissão de Política Urbana e relator do PL 272.

No portal www.camara.sp.gov.br há uma página especial sobre a Lei de Zoneamento, onde é possível acessar o projeto de lei e enviar sugestões. Também está disponível a agenda das audiências públicas sobre a revisão da LPUOS. Quem participar desses encontros poderá deixar as contribuições por escrito, bem como se inscrever na hora para falar aos vereadores (veja o passo a passo para participar na pág. 41). Todos que colaborarem receberão um retorno da Câmara.

Como relator do projeto, Frange é responsável por coordenar a organização das sugestões recebidas, com as quais fará um relatório sugerindo modificações ou inovações no projeto. Os vereadores estimam terminar

DEBATE • Vereadores coordenam audiência pública na CMSP, em junho



em dezembro as duas votações obrigatórias do texto. Quando aprovado pela CMSP, o projeto será enviado ao prefeito, para sanção (transformação em lei).

A mobilização e a participação dos cidadãos são muito importantes. Moradores da região dos Jardins, por exemplo, ganharam bastante força por se manifestarem nas audiências públicas (alguns contra, outros a favor) sobre a criação de Zonas Corredores (que permitem pequenos comércios) nas áreas que delimitam o local onde vivem. Hoje, os Jardins são estritamente residenciais, mas possuem atividades comerciais em grande parte já regularizadas nos eixos de maior oferta de transporte, que agora vão se chamar Zonas Corredores. “É uma grande cortina de fumaça quando o real debate do futuro e do desenvolvimento da cidade está sendo travado em outros 96% da ci-

dade”, disse à **Apertes** o secretário municipal de Desenvolvimento Urbano, Fernando de Mello Franco.

Em linhas gerais, os pontos a serem abordados na revisão da Lei de Zoneamento estavam previstos no PDE de 2014, mas os detalhes do PL trouxeram algumas inovações. “O projeto traz uma dose de coragem porque busca lidar com a cidade real”, elogia Frange. A seguir, as principais propostas do PL 272.

Simplificação

Um dos maiores avanços do projeto é consolidar todas as regras de parcelamento, uso e ocupação do solo. O parcelamento compreende as dimensões e as regras para divisão de lotes, enquanto o uso são as atividades permitidas nesses locais. Já a ocupação são os parâmetros sobre o modo de construir (altura e área da edificação, por exemplo).

“A proposta contempla o que foi possível aproveitar de 51 leis antigas e revoga as que não eram necessárias”, diz Frange. Atualmente, para aplicar a Lei de Zoneamento é necessário consultar várias dessas legislações (a mais antiga é de 1951), o que pode gerar interpretações ambíguas. “A simplificação dá segurança a quem investe, prospecta e a quem faz o licenciamento na Prefeitura”, explicou, em audiência pública na CMSP, Daniel Montandon, diretor do Departamento de Uso e Ocupação do Solo da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.

O PL 272 também quer abolir os 31 cadernos anexos da Lei de Zoneamento de 2004, com regramentos para cada Subprefeitura. Se a mudança for aprovada, as definições de zonas passam a valer para a cidade inteira.



REALIDADE
Para o relator, Paulo Frange, revisão do zoneamento lida com a cidade real

Cota ambiental

Para conseguir o licenciamento, construções em lotes com mais de 500 m² deverão atingir uma pontuação mínima em drenagem de água, redução das ilhas de calor e incremento da paisagem, por meio de medidas como plantio de árvores, instalação de telhados verdes e outros dispositivos para reter água da chuva. Quem, comprovadamente, conseguir mais pontos do que o necessário terá desconto no valor da outorga onerosa, até o limite do total investido nos melhoramentos ambientais (na capital, a construção de edifícios é gratuita até o limite definido para cada zona, e quem quiser edificar acima do permitido deve pagar a Outorga Onerosa do Direito de Construir).

“É algo que nenhuma outra cidade brasileira tem”, revela o se-

PASSO A PASSO PARA PARTICIPAR DA NOVA LEI DE ZONEAMENTO



ORGANIZAÇÃO

Lei define o que pode existir em cada quarteirão, explica Gilson Barreto



Ángelo Barreto/CMSP

cretário Fernando de Mello Franco. Segundo ele, “ainda que haja pequenas falhas na proposta, ou coisas que não foram incorporadas (como a geração de energia), é hora de colocar a questão em pauta”.

Edifícios-garagem

Alinhado ao Plano Diretor, que previa condições especiais para edifícios-garagem próximos a ei-

xos de transporte, o PL 272 determina que os estacionamentos verticais construídos nas imediações de estações de trem e metrô, em bairros distantes do centro, receberão até 75% de desconto na outorga onerosa. “Estima-se que mais de 60 mil veículos ficarão nessas garagens incentivadas, para que seus ocupantes venham de transporte público para o centro expandido”, explica Frange.

Regularização de empreendimentos

A proposta de revisão do zoneamento quer transformar 14 km² de uso residencial em Zona Mista de Interesse Social (Zmis), o que possibilita a regularização de muitos empreendimentos localizados em áreas com população de baixa renda, particularmente nas zonas leste, sul e parte da norte.

Interesse social

O Plano Diretor prevê 180 km² para zonas prioritariamente destinadas às habitações de interesse social (Zeis). No entanto, ao organizar essas áreas na proposta da Lei de Zoneamento, a Prefeitura teve de fazer ajustes que ampliaram a reserva para 203 km². Trata-se de assentamentos precários, informais, irregulares, áreas vazias ou subutilizadas, que ocuparão 13,5% do território paulistano.

Zona rural e industrial

O projeto propõe demarcar a área rural do Município, que corresponde a 20% do território e está localizada principalmente na zona sul, com trechos também nas zonas norte e leste. Atualmente, essa zona é considerada área verde, simplesmente. “Com a mudança, será permitido todo tipo de manejo de atividade rural, com geração de renda e emprego”, explica o relator Paulo Frange.

O PL ainda qualifica como zonas predominantemente industriais as regiões próximas às rodovias ou aos grandes eixos que conectam a região metropolitana, o que representa 2,5% do Município. “Direcionaremos as futuras áreas industriais de modo que os caminhões não tenham que circular pela cidade”, diz Frange.

Dimensões máximas

O novo zoneamento quer evitar a formação de grandes quadras, pouco amigáveis a quem anda a pé e à mobilidade urbana sustentável, de modo geral. O limite, que varia entre as zonas, chega ao máximo de 15 mil m² e não se aplica às zonas especiais de preservação ambiental.



André Bueno/CMSP

“

A gente quer viver de uma maneira mais alegre”

O secretário municipal de Desenvolvimento Urbano, **Fernando de Mello Franco**, falou à **Apartes** sobre o que espera da nova Lei de Zoneamento:

Qual o destaque do projeto?

Franco: O grande diferencial é essa visão sistêmica, de articulação, de fortalecimento das funcionalidades da capital, em detrimento de uma colcha de retalhos que faz uma São Paulo cada vez mais não funcional. Porque nenhuma cidade se faz como um arquipélago.

Como será São Paulo com o novo zoneamento?

A gente começa uma força de mudança, de transformação, que vem amparada sobretudo pela população mais jovem, que é mais consciente. A cidade está mudando sua forma de se locomover. Isso

pressupõe usarmos transportes públicos, meios não motorizados, seja bicicleta, seja andar a pé mesmo, que é uma delícia, para vivenciar a cidade. A gente vê o quanto as pessoas estão disputando poder voltar às ruas e fazer do espaço público seu espaço de encontro. Também temos consciência, cada vez mais, de que a mudança climática está aí, a crise de água mostra que ninguém está mentindo, e que precisamos pensar a maneira com a qual o modelo urbano vai se relacionar com o meio ambiente. A gente quer viver de uma maneira mais alegre, e isso pressupõe outra cultura urbana.

SAIBA MAIS

Site

Lei de Zoneamento. (calendário das audiências públicas, minuta do projeto e dicionário de termos técnicos): www.camara.sp.gov.br/zoneamento

Revista

Apartes edição 9 - Uma nova direção para São Paulo. <http://goo.gl/v0QgbO>

Apartes edição 11 - Do papel para a sua vida. <http://goo.gl/enbc3e>

Apartes edição 13 - O passo seguinte. <http://goo.gl/nBt4yH>

CÂMARA NO SEU BAIRRO. A CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO PAULO VAI AO SEU ENCONTRO POR UMA CIDADE MELHOR.

É a chance de apresentar as necessidades e sugestões para a sua região.

- Serão realizadas 32 sessões plenárias em toda a cidade neste ano.
- Confira as datas e locais de todas as sessões em www.camara.sp.gov.br.



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO



Portal da Câmara
www.camara.sp.gov.br



TV Câmara www.tvcamara.sp.gov.br
Canal Aberto Digital 61.4
Net - Canais 13 (Cabo) e 3 (Digital)

É a Câmara de Vereadores de São Paulo
cada vez mais perto de você.

facebook.com/camarasaopaulo
twitter: @camarasaopaulo

REVISÃO DA LEI DE ZONEAMENTO

PROJETO DE LEI Nº 272/2015 (DISCIPLINA O PARCELAMENTO, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO)

A CIDADE QUE VOCÊ AMA VAI FICAR AINDA
MAIS ORGANIZADA.



A Câmara de Vereadores convida você para participar das audiências públicas de revisão da Lei de Zoneamento.

Participe! Opine sobre a sua rua, o seu quarteirão e o seu bairro. Você ainda poderá sugerir onde ficarão as áreas verdes, de comércio, moradia e emprego.

Acompanhe em www.camara.sp.gov.br/zoneamento



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE